



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 48 ANOS AUDITANDO COM EXCELENÇA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

COMPANHIA ENERGÉTICA BANDEIRANTE

31 de dezembro de 2024



Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2023

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Energética Bandeirante do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, sendo emitido relatório sem modificação de opinião, datado de 24 de maio de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de março de 2025.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

**GUILHERME
E LUIS
SILVA:8124
6749904**

Assinado digitalmente por GUILHERME
LUIS SILVA:81246749904
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
80672587000114, OU=PRESENCIAL,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=
EM BRANCO, OU=AC Instituto Fenacon
RFB, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.06 16:52:49-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

GUILHERME LUIS SILVA

Diretor

CRC/SC 19.408/O-2

COMPANHIA ENERGETICA BANDEIRANTE

CNPJ: 12.850.712/0001-89

NIRE: 42300035688

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	NE	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.802.278	7.096.903	Credores	9	29.460	33.809
Clientes a Receber	5	547.947	549.807	Obrigações tributárias	11	78.047	122.912
Despesas pagas antecipadamente	7	71.619	-	Dividendos a pagar	12	1.114.135	-
Tributos a recuperar	6	79.010	66.081	Demais encargos Setoriais - GSF	10	9.222.671	8.308.871
		7.500.854	7.712.791			10.444.313	8.465.592
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		595.548	595.548	Credores Diversos - Coligadas e Controladas		170.067	-
Investimentos		15	12	Provisão de Riscos Fiscais e Contingências		595.548	595.548
Imobilizado	8	11.282.344	11.759.026			765.615	595.548
		11.877.907	12.354.586	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12	3.134.510	3.134.510
				Reserva Legal		626.902	626.902
				Reserva de Lucro		4.407.421	7.244.825
						8.168.833	11.006.237
TOTAL DO ATIVO		19.378.761	20.067.377	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.378.761	20.067.377

COMPANHIA ENERGETICA BANDEIRANTE
CNPJ: 12.850.712/0001-89
NIRE: 42300035688
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADO
Dos Exercícios Findos em
(Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1 6.377.761	7.073.024
Custo de Vendas / Serviços prestados	14.2 (1.252.458)	(930.146)
LUCRO BRUTO	5.125.303	6.142.878
DESPESAS OPERACIONAIS	(977.027)	163.585
Serviços de terceiros	(38.465)	(29.450)
Tributos / Contribuições	(17.921)	(5.276)
Materiais	(6.841)	(720)
Utilidades e serviços	-	(2.591)
Demais Encargos Setoriais - GSF	(913.800)	201.806
Outros	-	(184)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	(2.738)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.148.276	6.303.725
Resultado financeiro líquido	742.700	617.900
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DACSLL	4.890.976	6.921.625
Contribuição Social	(141.003)	(134.541)
Imposto de Renda	(312.555)	(282.020)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.437.418	6.505.064

COMPANHIA ENERGETICA BANDEIRANTE
CNPJ: 12.850.712/0001-89
NIRE: 42300035688
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Dos Exercícios findos em
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.437.418	6.505.064
Resultado abrangente do exercício	<u>4.437.418</u>	<u>6.505.064</u>

COMPANHIA ENERGETICA BANDEIRANTE

CNPJ: 12.850.712/0001-89

NIRE: 42300035688

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Dos Exercícios Findos

(Valores expressos em reais)

NE	<u>Capital Social</u>		<u>Reservas de Lucros</u>		Lucro/(Prejuízo) acumulado	<u>Total</u>
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.960.000	(825.490)	451.829	6.080.918	-	9.667.257
Lucro do Exercícios	-	-	-	-	6.505.064	6.505.064
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(127.194)	(127.194)
Reserva Legal	-	-	175.073	-	(175.073)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(5.038.890)	-	(5.038.890)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	6.202.797	(6.202.797)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.960.000	(825.490)	626.902	7.244.825	-	11.006.237
Lucro do Exercício	-	-	-	-	4.437.418	4.437.418
Ajuste de exercicios anteriores	12	-	-	-	19.124	19.124
Distribuição de Lucros	13	-	-	(6.179.811)	-	(6.179.811)
Dividendos a Pagar	12	-	-	-	(1.114.135)	(1.114.135)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	3.342.407	(3.342.407)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.960.000	(825.490)	626.902	4.407.421	-	8.168.833

COMPANHIA ENERGETICA BANDEIRANTE
CNPJ: 12.850.712/0001-89
NIRE: 42300035688
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Dos Períodos Findos em
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	4.890.976	6.921.625
Ajuste de exercícios anteriores	19.124	(127.194)
Ajustes atividades operacionais	6.302.806	7.044.862
Depreciação e amortização	478.906	390.999
Encargos Financiamento	-	61.238
Encargos GSF	913.800	(201.806)
(Aumento) redução nos ativos:	(82.688)	(538.077)
Contas a receber de clientes	1.860	(471.996)
Impostos a recuperar	(12.929)	(66.081)
Despesas antecipadas	(71.619)	-
Aumento (redução) nos passivos:	(150.011)	(376.416)
Credores	(4.349)	25.465
Obrigações tributárias	(145.662)	(143.216)
Empréstimos e Financiamentos	-	(258.665)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.070.107	6.130.369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(352.761)	(287.126)
Juros sobre empréstimos/financiamentos	-	(6.994)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.717.346	5.836.249
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(3)	(2)
Varição do ativo imobilizado e intangível	(2.224)	117.713
Fundos vinculados/Cauções contratuais	-	293.242
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.227)	410.953
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívidas com pessoas ligadas	170.067	-
Distribuição de lucro	(6.179.811)	(5.038.890)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(1.428.060)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.009.744)	(6.466.950)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(294.625)	(219.748)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	7.096.903	7.316.651
Saldo final	6.802.278	7.096.903
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(294.625)	(219.748)

COMPANHIA ENERGÉTICA BANDEIRANTE

CNPJ 12.850.712/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Bandeirante foi constituída em 12 de novembro de 2010 pela Companhia Energética Rio das Flores, nos termos do artigo 251 da Lei 6.404/76. É uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Energética Rio das Flores. Tem como objeto social a exploração da geração de energia elétrica por meio da construção, implantação e operação da CGH – Central Geradora Hidrelétrica – Bandeirante, bem como as atividades direta ou reflexamente relacionadas a este objeto.

A CGH Bandeirante, pertence a subsidiária integral, também no município de Bandeirante – SC, com 3,0 MW de potência instalada, entrou em operação comercial em agosto de 2012.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as diretrizes contábeis emanadas da Lei societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia;

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras serão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas categorias de empréstimos e recebíveis:

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e quando aplicável, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação ao período de depreciação de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa adotada são aquelas estabelecidas pela ANEEL.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor o que pode incluir o não-pagamento ou atraso do pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia, sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio

significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital de riscos específicos do ativo. Para a finalidade e testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo e sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

g. Imposto de renda e contribuição social

Apurados com base no lucro presumido, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos conta movimento	57.000	20.096
Aplicações liquidez imediata	6.745.278	7.076.807
Total	<u>6.802.278</u>	<u>7.096.903</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia é comercialização de energia gerada e não apresenta atrasos. Desta forma, não é divulgada a composição das contas a receber por idade de vencimento.

NOTA 06 – TRIBUTOS A COMPENSAR

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF s/ aplicação financeiras	1.360	-
Provisão IRRF s/ aplicação financeiras (a)	77.650	66.081
Total	<u>79.010</u>	<u>66.081</u>

- a- Os valores registrados na conta referem-se a provisão de imposto de renda retido na fonte sobre o saldo das aplicações financeiras.

NOTA 07 – DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se aos prêmios de seguros apropriados de acordo com as vigências.

<u>Seguro</u>	<u>Apólice</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimonial	34.18.0101242.28	CHUBB SEGUROS	17/11/2024 a 17/11/2025	65.299,21
Responsabilidade Civil Geral	34.51.0042494.28	CHUBB SEGUROS	17/11/2024 a 17/11/2025	<u>6.319,34</u>
				71.618,56

NOTA 08 – IMOBILIZADO

Está assim representado:

<u>Conta</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado em Serviço - Geração				
Terrenos	20.000	-	20.000	20.000
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.354.849	(2.020.217)	5.334.632	6.344.745
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	3.461.105	(694.834)	2.766.271	1.972.477
Máquinas e equipamentos	5.373.076	(2.212.460)	3.160.616	3.421.804
Móveis e Utensílios	838	(13)	825	-
	<u>16.209.868</u>	<u>(4.927.524)</u>	<u>11.282.344</u>	<u>11.759.026</u>

Abaixo a movimentação do período:

Conta	31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	31/12/2024
Imobilizado em Serviço - Geração					
Terrenos	20.000	-	-	-	20.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.344.745		(147.096)	(863.017)	5.334.632
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	1.972.477		(69.223)	863.017	2.766.271
Máquinas e equipamentos	3.421.804	1.386	(262.574)	-	3.160.616
Móveis e Utensílios	-	838	(13)	-	825
	11.759.026	2.224	(478.906)	-	11.282.344

NOTA 09 – CREDORES

O montante refere-se as contas a pagar de fornecedores de materiais de serviços, vinculados à atividade da Companhia.

NOTA 10 – DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS

Repactuação do risco hidrológico – Lei n° 14.052/2020.

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, publicada em 09.09.2020, que foi regulada pelas Resoluções Normativas Aneel n° 895/2020, publicada em 03.12.2020 e n° 930/2021, publicada em 13.04.2021. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração.

Apesar da inadimplência na CCEE, devido à judicialização relativa ao Generation Scaling Factor (GSF) desde 2015, a Companhia vem fazendo constantemente gestão com o intuito de mitigar tal situação. Tal inadimplência vem sendo equacionada em virtude da repactuação de risco hidrológico, estabelecida pelas Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Encargo GSF Principal	6.162.881	5.786.027
Provisão Encargo GSF Correção Monetária	3.059.790	2.522.844
	9.222.671	8.308.871

Abaixo a movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	8.308.871	8.510.678
(+) Principal	376.854	84.368
(+/-) Atualização Monetária	536.947	(286.175)
Saldo final	9.222.671	8.308.872

NOTA 11 – IMPOSTOS A RECOLHER

Os impostos a recolher são valores reconhecidos em função da operação normal da atividade, tais como: PIS, COFINS, IRRF, INSS fonte, CS fonte, IRPJ e CSLL.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social subscrito até 31/12/2024 é de R\$ 3.960.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta mil reais) sendo que a Cia apresenta um valor de R\$ 825.489,74 (oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos) a integralizar.

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
CIA ENERGÉTICA RIO DAS FLORES	3.960.000	100%

b. Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2024 foram contabilizados a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$19.124 referente a acerto de saldo da conta de aplicação financeira, onde o IRRF de aplicação havia sido provisionado erroneamente em 2023.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital, e atualmente está constituída até o limite permitido.

d. Dividendos propostos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Após a destinação obrigatória o restante do resultado é transferido para a conta de Reserva de Lucro. A destinação adicional de lucro é definida em assembleia em data posterior ao término do exercício social.

Lucro do exercício	4.437.418
Ajuste exercício anterior	19.124
*Reserva Legal 5%	-
Base Dividendos	<u>4.456.542</u>
Dividendos mínimo obrigatório 25%	<u>1.114.135</u>
Reserva Retenção de Lucro	3.342.407

*Já está no limite permitido de 20% do Capital Social

NOTA 13 – DIVIDENDOS PAGOS

Conforme proposto no Estatuto Social da Companhia, foi realizado o pagamento dos dividendos no percentual de 25%, sobre o Lucro líquido ajustado, conforme quadro:

Dividendo obrigatório - Lucro 2023	
CIA ENERGÉTICA RIO DAS FLORES.	<u>1.638.236</u>
TOTAL	1.638.236

Durante o exercício ocorreram demais pagamentos de dividendos aos respectivos acionistas, definido em assembleia, conforme quadro:

Dividendo Adicionais - Lucro 2023

CIA ENERGÉTICA RIO DAS FLORES	4.541.575
TOTAL	4.541.575
TOTAL PAGAMENTO DIVIDENDOS	6.179.811

NOTA 14 – RESULTADO OPERACIONAL

NOTA 14.1 – RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de Energia Elétrica	6.584.617	6.770.333
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	55.579	0
Provisão de Receita	-	1.099.614
(-) Reversão de Provisão de Receita	-	(549.806)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA - ROB	6.640.196	7.320.141
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
PIS	(46.735)	(44.007)
COFINS	(215.700)	(203.110)
DEDUÇÕES TOTAL	(262.435)	(247.117)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - ROL	6.377.761	7.073.024

NOTA 14.2 – CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CUSTO DE VENDA		
Seguro	(86.760)	-
Custo de Material	(60.554)	-
Custo Serviços de Terceiros	(415.635)	(304.656)
Energia Elétrica Comprada para Revenda / CCEE	(131.338)	(165.634)
Tust - Encargos	(78.380)	(66.765)
Depreciações e Amortizações	(478.906)	(390.999)
Taxa/Mensalidade - CCEE	-	(2.092)
Tributos	(885)	-
	(1.252.458)	(930.146)

- a- A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente.
- b- Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) custos decorrentes da atividade de transmissão de energia elétrica.
- c- Custos com serviços de terceiros, em sua maioria relacionados a serviços de engenharia, estudo ambiental e assessoria ambiental e administrativa, além do custo com representações, relacionados a compra e venda de energia.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo Serviços de Terceiros		
Limpeza e Conservações	(24.800)	-
Manutenções e Consertos	(107.723)	(184.725)
Assessoria e Consultoria de Engenharia	-	(72.051)
Serviços de O&M	(158.017)	-
Compensações e Programas Ambientais	(61.324)	(47.880)
Outros serviços de terceiros	(63.771)	-
	(415.635)	(304.656)

NOTA 15 – RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Financeiras	769.654	682.454
Receita de Aplicação Financeira	769.653	678.329
Receita Investimento Sicoob	1	-
Receita Financeira Cemig	-	2.069
Descontos Obtidos	-	2.056
Despesas Financeiras	(26.954)	(64.554)
Tarifas Bancárias	(1.336)	(1.252)
Juros Selic	-	(2.064)
Encargos Brde	-	(61.238)
IOF	(11.688)	-
Juros/Multa mora	(13.930)	-
Resultado Financeiro	742.700	617.900

- a- Receita financeiras Cemig - trata-se da atualização contratual dos valores recebidos do cliente CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO.

Bandeirante – SC, 31 de dezembro de 2024.

Daniela Silva Wolf
Diretora Presidente
CPF - 176.486.758-03

Caroline Amaral Becker
Contador CRC/SC 031685/O-3
CPF – 059.064.289-84

Ricardo C. Carvalho Sano
Diretor Financeiro
CPF - 439.323.108-29